

## **“PADRES ESQUERDISTAS”: O CLERO CATÓLICO PROGRESSISTA NOS DOCUMENTOS DA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO MARANHÃO**

*Camila da Silva Portela\**

No sábado, 21 de agosto de 1961, o então presidente Jânio Quadros condecorou o ministro cubano e revolucionário Ernesto Che Guevara com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul<sup>1</sup>. Che Guevara teria vindo em uma visita de agradecimento ao reconhecimento dado pelo Brasil à postura revolucionária de Cuba. Este episódio reforçou a imagem de proximidade com o socialismo, atribuída à política do presidente Jânio Quadros e seu vice João Goulart, que na ocasião encontrava-se em visita à República Popular da China, governada pelo líder comunista Mao Tse Tung.

É justamente nesse período de extrema tensão que o governo brasileiro assumiu a posição de não mais se alinhar automaticamente aos Estados Unidos, defendendo sua independência para manter relações diplomáticas e comerciais com qualquer país que fosse de seu interesse, entre eles os de regimes comunistas. Assim, no governo de Jânio Quadros o Itamaraty dedicou especial atenção às relações com os novos países africanos, às nações comunistas do Leste Europeu, à União Soviética, à China e à Cuba. Nesse contexto, o Brasil havia recusado apoio aos Estados Unidos para a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Jânio Quadros condecorou com a Ordem do Cruzeiro do Sul ninguém menos que o líder revolucionário Che Guevara (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 22).

O receio das elites políticas, traduzido nas matérias de jornais, girava em torno dessa aproximação com o comunismo e de eventuais acordos internacionais com China, Cuba e Rússia. Medo agravado pelo encontro entre um dos principais líderes da Revolução Cubana (1959) e o presidente brasileiro, que em seu discurso oficial afirmou:

Mínistro Guevara: v. exa. manifestou em varias oportunidades o desejo de estreitar relações economicas e culturais com o governo e povo brasileiros. Esse é o nosso proposito tambem. E é a deliberação que assumimos no contato com o governo e o povo cubanos. E para manifestar a v. exa., ao governo de Cuba e ao povo cubano, nosso apreço, nosso respeito, entregamos a v. exa. esta alta condecoração do povo e governo brasileiros (Folha de São Paulo, 20/08/1961).

Algumas matérias tentaram diminuir o significado da condecoração, como as do jornal Correio da Manhã, mas não o impacto disso no cenário político nacional. Para o Jornal do Brasil, a farda de Guevara envergara-se perante o peso de tal condecoração, fazendo entender que o líder cubano não era digno de tal consideração (Jornal do Brasil, 20/08/1961), que em síntese significava a materialização de um acordo tácito entre Brasil e Cuba.

---

<sup>1</sup> \* Mestre em História Social pela UFMA.

Presidente e vice-presidente apertavam, quase que simultaneamente, as mãos de líderes comunistas, eventos que soaram como sinal de alerta. Cinco dias depois, Jânio renunciava alegando não conseguir governar da forma que gostaria, para conduzir o Brasil “pelo caminho da **verdadeira libertação política e econômica**, o único que possibilitará o progresso efetivo e a **justiça social**, a que tem **direito** o seu generoso povo” (Jornal do Brasil, 25/08/1961 – grifo meu).

A posse de João Goulart, no dia 7 de setembro de 1961, foi garantida pelo Congresso, através da implementação de um Regime Parlamentarista, em que os poderes do executivo federal foram limitados. Dessa forma, acreditava-se que o presidente não tomaria decisões unilaterais, como a realização de acordos políticos e econômicos com países comunistas, sem que essas medidas passassem pelo primeiro-ministro ligado diretamente ao Congresso.

Para os historiadores Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014), o Regime Parlamentarista foi um episódio confuso da história política brasileira. Seu intrincado funcionamento indicou para uma instabilidade política acerca de quem conduziria o país após a renúncia de Jânio: se os militares que o pressionaram a sair ou se o vice-presidente. O certo é que Jango assumiu sob forte pressão por parte dos ministros militares e com um dúbio apoio do Congresso, que via na posse do vice-presidente a manutenção da sua própria existência enquanto instituição.

A adoção do parlamentarismo foi uma solução de circunstância política, embora houvesse parlamentarista entre os políticos brasileiros e existisse, de fato, uma emenda com essa proposta no Congresso. Considerando-se o momento de sua adoção, pode-se dizer que o novo regime angariava muito mais descontentes dos que defensores, todos os presidenciáveis ao pleito de 1965, como Juscelino Kubitschek, do PSD, e Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, da UDN, desejavam o seu fim (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 103).

No entanto, as referidas eleições presidenciais de 1965 não ocorreram, devido a uma intervenção civil-militar que depôs Jango, em 31 de março de 1964. A justificativa para esse movimento foi que poderes constitucionais e princípios básicos da nação foram ameaçados pelas ações políticas do presidente. Os militares se atribuíram a tarefa de atuar em nome da “manutenção da ordem social, [do] respeito à hierarquia e [do] controle do comunismo” (FAUSTO, 2009, p. 461).

A propaganda anticomunista, sustentada pelos Estados Unidos e seus aliados, proporcionava ainda mais instabilidades políticas no país, pois as ações de Jânio e Jango foram interpretadas como um risco iminente de o Brasil ser uma nova Cuba. O mundo estava

dividido entre o bloco de países capitalistas, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, sob o comando da União Soviética. (MOTTA, 2002).

Durante a Guerra Fria, período marcado pela bipolarização mundial, o Brasil aliou-se política e economicamente ao bloco capitalista. Porém, essa opção direta aos Estados Unidos não excluiu, do cenário político e social nacional, expressões dessa polarização mundial. Na outra mão do apoio político, dado aos norte americanos, estavam os diálogos com os países comunistas, o reconhecimento ao regime castrista e as propostas pelas reformas de base<sup>ii</sup>.

Em treze de março de 1964, João Goulart em cima de um palanque na Praça da Central do Brasil<sup>iii</sup>, no Rio de Janeiro, discursou sobre a importância e necessidade da implantação das reformas de base. Dentre as reformas, propostas por Jango, a que mais assustava as elites era a reforma agrária e constitucional. Segundo Thomas Skidmore, no comício:

[...] Jango começou por agradecer aos sindicatos que “mobilizaram” seus associados para “tão entusiástica e calorosa manifestação”. E prosseguiu agora atacando os que “exploram os sentimentos cristãos do povo, na mistificação de um anticomunismo”. Depois, Jango passou imediatamente ao assunto principal de seu discurso – a necessidade de reforma agrária: “Não receio ser chamado de subversivo pelo fato de proclamar a necessidade de revisão da constituição que não atende mais aos anseios do povo. Essa constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, injusta e desumana”. Invocou a autoridade do Papa João XIII e do general MacArthur em apoio a idéia de uma reorganização completa da estrutura rural agrária que tão necessária também se fazia para “aumentar e melhorar o mercado interno<sup>iv</sup>” (SKIDMORE, 2007, p.349).

Em seu discurso, Jango chamou a atenção para a exploração do sentimento católico no combate ao comunismo, pois movimentos vinham surgindo condenando sua inclinação às questões sociais. O apelo do presidente era no sentido de desarticular o discurso de comunização das medidas políticas que buscava implementar.

Àqueles que reclamam do Presidente de República uma palavra tranquilizadora para a Nação, o que posso dizer-lhes é que só conquistaremos a **paz social** pela **justiça social**.

Perdem seu tempo os que temem que o governo passe a empreender uma ação subversiva na defesa de interesses políticos ou pessoais; como perdem igualmente o seu tempo os que esperam deste governo uma ação repressiva dirigida contra os interesses do povo. Ação repressiva, povo carioca, é a que o governo está praticando e vai amplia-la cada vez mais e mais implacavelmente, assim na Guanabara como em outros estados contra aqueles que especulam com as dificuldades do povo, contra os que exploram o povo e que sonham gêneros alimentícios e jogam com seus preços (Discurso de João Goulart no comício da Central do Brasil<sup>v</sup>, 1964 – grifo meu).

Uma das principais bases de sustentação do anticomunismo foi a Igreja Católica, que já mostrava desgosto desde a Revolução Russa em 1917 e que manteve, no Brasil, apoio direto as medidas que visavam interromper o “perigo vermelho”. O argumento religioso dessa articulação política surtiu um grande efeito, que ia desde as publicações de panfletos e charges até demonstrações públicas, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma clara resposta ao Comício da Central do Brasil, em 1964.

No Maranhão, o periódico católico, *Jornal do Maranhão*, noticiou um alerta à sociedade sobre o perigo da infiltração bolchevique em movimentos aparentemente inócuos. Segundo os bispos, autores da matéria, o comunismo era um perigo “não só pela profissão de ateísmo, mas pelo projeto de subversão da ordem social” (AZZI; GRIJP, 2008, p. 352).

Foi esse movimento católico, contrário ao comunismo, que apoiou o golpe civil-militar em 1964. Após o movimento que depôs João Goulart, a CNBB lançou uma nota de alívio em que louvou a ação dos militares como salvadora da nação<sup>vi</sup>. O periódico, *Jornal do Maranhão*, na edição do dia 5 de abril de 1964, publicou a nota intitulada “A grande vítima”, onde falava sobre a queda do presidente.

Depois do próprio Brasil, a grande vítima do triste episódio causado por líderes comunistas e que envolveu de angústia, na semana passada, tôda a Nação, a grande vítima é sem dúvida o Sr. João Goulart.

Não se compreende por que apenas o ex-presidente ficava alheio à trama que era armada atrás dos bastidores das mesmas instituições que êle patrocinava. Ali se urdiam a traição e o golpe, a serem desferidos no momento oportuno contra ele mesmo. O mais elementar observador percebia que o Sr. João Goulart vinha alimentando uma hidra perigosa e insaciável que o devoraria mais tarde, quando abrigava e protegia o CGT, PUA, UNE etc.

Hoje está êle foragido da Pátria, sentindo na carne o remorso de não ter agido com segurança e por consciência, mas atendendo a insinuações de assessores inescrupulosos que antes queria ver a sua ruína que a sua ascensão.

Que fique a lição para o seu sucessor. **O Brasil que viver em liberdade.** Vamos reformar... para melhor (Jornal do Maranhão, 05/04/1964 – grifo meu).

O jornal católico não descartou a necessidade de reformas no Brasil, mas condenava que fossem conduzidas pelos comunistas, que, segundo os religiosos, arquitetavam um golpe nos bastidores do governo de Jango. Nesse contexto de um iminente “golpe comunista” foi construído a ideia de que a tomada de poder pelos militares se constituiu como uma Revolução e que era, sobretudo, um contra golpe.

Todo esse movimento teve um caráter civil-militar, embora o golpe tenha sido deflagrado por militares. É difícil precisar até que ponto os golpistas estavam certos quanto às reais possibilidades de um golpe de esquerda. Entre os teóricos marxistas, há quem defenda que as ameaças eram efetivas. O que se sabe é que o golpe foi dado sob o pretexto de ‘salvar’ o país da subversão, do comunismo, da corrupção e do populismo; de combater a ‘crise moral’ que assolava o país, em nome da ‘democracia’ e da civilização ocidental cristã (GOMES, 2014, p. 42).

Foi nessa batalha ideológica que os militares assumiram o papel de Hércules para derrotar a hidra comunista<sup>viii</sup>. Salvar a nação significava, assim como no mito, cortar e cuidar para que não mais crescessem elementos comunistas no país. A Doutrina de Segurança Nacional e os órgãos de segurança e informação assumiram a difícil tarefa de Hércules no combate a subversão que, tal como as cabeças da hidra, continuava a crescer no país, exigindo dos militares a permanência no poder e o incremento nos mecanismos de combate.

No Maranhão, a ação repressiva sob os movimentos sociais, considerados contrários ao Regime, está registrada nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/MA), que por sua vez são classificados como arquivos de polícia. Eles caracterizam-se pela sua variedade, devido ao grau de detalhamento que possibilita uma reflexão sobre os costumes e perfis sociais dos recortes temporais determinados. Na República, o acervo dos órgãos de segurança e informação são os que causam mais curiosidade, pois eles revelam os:

[...] bastidores da ação repressiva do Estado contra grupos ou pessoas considerados perigosos, subversivos. O denso material, constituído de fichas de arquivo e de prontuário por indivíduos ou por pessoa jurídica [...] tem permitido a análise histórica sob os mais variados enfoques (BACELLAR *In* PINSKY, 2008, p.31).

A função principal da DOPS era garantir a manutenção da ordem social. A polícia política combatia uma classe dita perigosa, apontando o que era indesejável para a sociedade. O sistema de informação funcionou como base na manutenção da segurança do país. A partir das informações colhidas pelo Sistema Nacional de Informação (SNI), os aparelhos de repressão tomariam a posição adequada para as possíveis ameaças. Porém, é necessário frisar que o SNI exercia “ação normativa, doutrinária e de direção, não lhe cabendo aprovar ou fiscalizar suas ações” (FICO, 2001, p.81) e seus chefes coordenavam as informações em todo o território.

O artigo se concentrará nas formas de ação do clero católico, encontradas ao longo do acervo da delegacia. Porém é necessário refletir os porquês dessa parte do clero está encabeçando as listas dos ditos subversivos ao longo da documentação. A análise de alguns eventos católicos, da década de 1960, facilita a compreensão da mudança de postura da Igreja Católica, diante a problemática social do mundo.

De 1962 a 1965, foi realizada a elaboração do Concílio Vaticano II, a partir dele, a Igreja Católica coloca-se a missão de se pronunciar sobre as questões políticas e, sempre que necessário, interferir nas questões que envolvem aquilo que considera como direitos fundamentais do homem. A publicação dos documentos do concílio se deu justamente no momento de profundas mudanças políticas no Brasil. As diretrizes propostas vão sustentar, a

partir de então, as ações dos clérigos no cenário social e acirrar ainda mais as divergências entre os modelos de igreja e de sociedade pensados por diferentes setores do clero católico.

A Conferência Episcopal latino-americana, em Medellín, no ano de 1968, teve como objetivo interpretar as conclusões conciliares, a partir da realidade da América Latina. Nela os bispos “clamavam por justiça social e condenavam o subdesenvolvimento e a violência na América Latina” (SERBIN, 2001, p. 98), além de possuir um discurso radical com relação à exploração das classes populares. Orientava as transformações sociais defendendo o acesso dos trabalhadores aos bens e meios de produção, os direitos de organização trabalhista e propunha uma reforma política que possibilitasse maior participação popular nas questões públicas.

Desejamos afirmar que é indispensável a formação da consciência social e a percepção realista dos problemas da comunidade e das estruturas sociais. Devemos despertar a consciência social e hábitos comunitários em todos os meios e grupos profissionais, quer no que se refere ao diálogo e à vivência comunitária dentro do mesmo grupo, quer no que se refere as suas relações com grupos sociais maiores (operários, camponeses, profissionais liberais, clero, religiosos, funcionários etc.).

**A tarefa de conscientizar e educar socialmente deverá ser parte integrante dos planos de Pastoral de Conjunto, em seus diversos níveis.** (Conclusões da Conferência de Medellín 1968 [1998], p. 55-56 – grifo meu).

Por sua abrangência mais específica, a conferência já dialogava diretamente com os problemas sociais brasileiros, definindo de forma pontual suas ações pastorais e construindo uma reflexão mais direcionada aos aspectos considerados como de cunho político, como a formação de sindicatos, direitos políticos e acesso a informação e liberdade de expressão.

No discurso de Jango, na Central do Brasil, em 1964, foram utilizadas as expressões *paz social* e *justiça social*, que também fizeram parte da gramática de reivindicações dos padres e vistas como palavras de ordem política relacionada com os ideais comunistas. Assim como Jango, os padres também tentaram desconectar essas propostas dos ideais comunistas.

É com esta parte do clero católico, que em seus sermões, discursos e ações, buscava por em prática as novas diretrizes da Igreja, que os militares estavam preocupados e é sobre eles que grande quantidade de documentos foram produzidos pelos órgãos de informação local. Alguns sacerdotes tiveram apenas seu nome citados na documentação e outros acabam sendo alvo de investigações e averiguações<sup>viii</sup>. Outros acumularam em torno do seu nome um volume maior de documentos, tornando mais trabalhosa a tarefa de mapear os eventos que os colocaram na lista de subversivos.

O *novo jeito de ser da Igreja* pode ser caracterizado como um corpo de ideias e práticas forjadas na segunda metade do século XX, que concebia uma função social para a Igreja Católica. É caracterizado como uma reflexão religiosa e espiritual acerca de questões sociais e políticas. A Teologia da Libertação foi uma das expressões teóricas mais significativas dessa concepção social da Igreja e pregava “a transformação social como salvação” (SERBIN, 2001, p. 107).

É aqui que surge a segunda estratégia na relação fé-pobreza, aquela libertadora. Ela parte do bloco histórico dos pobres e oprimidos. Confia na força histórica e transformadora deles, nos seus movimentos, organizações e lutas. Conta com aliados de outras classes sociais que podem fazer corpo com eles e buscar uma libertação não somente para si próprios mas de todo o conjunto da sociedade. A Igreja com sua opção preferencial pelos pobres contra a pobreza pretende ser uma aliada poderosa da causa do oprimido. Nesta perspectiva o pobre não significa apenas aquele que não tem, mas aquele que também tem, que constitui o agente principal ao lado de outros na construção de uma convivência mais geradora de vida e de felicidade coletiva (BOFF, 1986, p. 19).

Esse modelo de Igreja assumiu uma ação orientada para questões vistas antes como de domínio exclusivo da política, principalmente os clérigos que trabalhavam mais próximos aos problemas sociais, como a pobreza, a exclusão e a exploração. Daremos prosseguimento analisando as ações desses religiosos, caracterizadas nesse novo modelo de igreja de aproximação com assuntos de caráter político e a sua consequente investigação pelos militares.

## **1- Sermões**

No corpus documental analisado, um dos atos de maior repercussão da defesa do *novo jeito de ser igreja* e da crítica à perseguição que os clérigos vinham sofrendo por defender tais ideias foi a Comemoração do Tricentenário da Arquidiocese de São Luís, em 1977. Estiveram presentes nesse evento Dom Cândido Padin (à época bispo de Bauru/SP) e Dom Hélder Câmara (à época arcebispo de Olinda e Recife/PE). O evento foi realizado no seminário de Santo Antônio, no centro de São Luís, durante o mês de agosto.

Os registros encontrados na DOPS foram feitos pela Assessoria de Segurança e Informação<sup>ix</sup> (ASI) da Fundação Universidade do Maranhão (FUMA), que entre suas funções estava encaminhar à Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação (MEC) informações sobre as universidades federais. A presença da ASI/FUMA na cobertura investigativa do evento deveu-se à relação entre a igreja e a universidade, pela presença de diversos servidores, entre eles padre Jocy Neves Rodrigues e padre Sidney Castelo Branco Furtado, professores do curso de letras e sociologia, respectivamente, e pelo fato das ASIs serem órgãos ligados ao SNI.

Segundo as investigações foram registradas três palestras de Dom Cândido Padin, dos dias três a cinco de agosto de 1977, intituladas *A Igreja no mundo de hoje*, *A Igreja na promoção dos direitos humanos* e *A problemática social*. Estas expressões fazem referência direta ao Vaticano II e a Conferência de Medellín, por serem tópicos específicos dos documentos lançados por esses eventos. As palestras possuíam um tom de crítica ao governo, denunciando o desrespeito aos direitos humanos, a desigualdade social, o descaso com a educação e o crescimento econômico que não privilegiava os que ganhavam o salário mínimo, tendo pontuado ainda os problemas agrários e indígenas.

Nas duas primeiras palestras um dos tópicos abordados foi a crítica à política econômica do Estado. A fala do Bispo de Bauru, segundo relatou o agente de informação, foi composta dos seguintes trechos:

O governo, nestes últimos 10 anos, preocupou-se no aceleramento da economia nacional, aumentando seu produto interno bruto, mas, em consequência, o salário do trabalhador é cada vez mais insuficiente, e, (num tom de ironia disse) o homem não é importante no contexto nacional.

[...]

A Igreja deve interferir nos Problemas Sociais porque o Evangelho prega o bem comum do homem e diz ‘ a Profissão deve ser vista para o bem do outro e não para o seu próprio’.

[...]

A Igreja através da CNBB tem tentado fazer algumas coisas mas é tolhida porque logo surgem problemas – trata-se de assuntos políticos – e a Igreja não pode participar. Perguntou: ‘porque a Igreja não pode participar se é em benefício da sociedade?’ (DOPS/MA. Informe nº 04/77. 23/08/1977, cx. 72, maço 2).

Ao final da década de 1970, o Brasil passava por uma transformação política com os governos linha-dura que duraria até às primeiras medidas de abertura propostas por Geisel. Nesse momento, a Igreja foi vítima de violência direta, de onde se destacam entre tantos casos o assassinato do padre Rodolfo Lunkenbein na região Amazônica e o sequestro e espancamento do bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hypolito. Segundo Thomas Skidmore, “a violência ajudava a unir os bispos em torno de uma dura posição antigoverno” (SKIDMORE, 2004, p. 361), ou seja, fortalecendo os discursos e ações em defesa sociedade civil.

O peso da opinião episcopal pendeu também para os “progressistas” na medida em que os prelados examinavam detidamente as políticas sócio-econômicas dos sucessivos governos militares. O censo de 1970 apontara aumento da desigualdade de renda, sendo conhecidos numerosos estudos [...] mostrando a enorme necessidade de mais investimentos em saúde, educação, saneamento e habitação (SKIDMORE, 2004, 361).

Os indicadores sociais do Brasil, e em específico do Maranhão, o aumento da violência do Estado e a violação dos direitos humanos eram situações que estavam em desacordo com a opção feita pela Igreja nos anos de 1960. É com o Vaticano II que são

reafirmadas a luta contra as injustiças, a defesa dos que não tinham voz para protestar e também as denúncias de violência nesse período, assunto da última palestra ministrada por Dom Cândido.

O bispo começou fazendo referência à fuga dos judeus do Egito como resposta à liberdade vigiada vivida nos tempos do AI-5, momento em que a população brasileira ficou impedida de realizar manifestações e o direito ao *habeas corpus*. Depois fez uma longa apresentação da *Jornada Internacional*, proposta criada por ele para receber denúncias de violência e de desrespeito aos direitos humanos, como também, um mecanismo de manifestação da população. O agente de informação destacou ainda que o clérigo em sua fala frisou que somente através da união os apelos poderiam ser ouvidos.

Deve-se anunciar um plano de salvação (através da Igreja) exigindo que a ordem social seja restabelecida e que se respeitem os Direitos Humanos porque injustiças permanentes geram problemas sociais sérios; é necessário que sejam feitas denúncias, não individuais, mas, sob a forma de grupos; que as denúncias sejam levadas ao Congresso mesmo sabendo-se (em tom irônico) que o Congresso não está decidindo, coisa alguma (DOPS/MA. Informe nº 04/77. 23/08/1977, cx. 72, maço 2).

Ainda sobre o tema violação dos direitos humanos, o arcebispo de Olinda/Recife, D. Hélder deu continuidade ao ciclo de palestras no evento. No dia 25 de agosto de 1977, seu sermão foi ouvido por cerca de mil pessoas presentes na Igreja de Santo Antônio (centro da cidade de São Luís). Consta no informe que, dentre os presentes estavam alguns deputados do MDB, servidores da universidade, tendo como figura central a assessora do reitor, Edmar Bastos Ferreira e uma estudante que chamou a atenção do agente, chamada Maria Ignez Guimarães Martins. Além de padres com “registros negativos”: Xavier Gilles, Roberto Etave e Marcos Passerini.

No relatório consta a degravação completa do sermão de D. Hélder. Em toda a documentação pesquisada não foi localizada nenhuma outra referência clara a gravações e transcrições (degravação). Esta ação incomum pode ter relação com o destaque que a figura do Arcebispo tinha a nível nacional e pela atenção especial que deveria ser dada aos seus pronunciamentos públicos, para os órgãos de informação. Através da transcrição foi possível elencar os pontos centrais de sua fala, de onde se destacam as críticas à situação social da maioria da população brasileira e a defesa aos direitos humanos. Ao longo do sermão D. Hélder reafirmou as decisões conciliares, diretamente.

O Arcebispo começou o sermão lembrando a missão de Jesus em levar a boa nova aos pobres, libertar os cativos e fazer os cegos enxergarem, deixando claro que isso não seria possível sem a união de todo o “povo de Deus”. Retomando aos princípios

fundamentais da Teologia da Libertação, ou seja, unir-se para libertar-se, Leonardo Boff, anos mais tarde, escreveria sobre a Teologia da Libertação a partir dessa mesma perspectiva. Segundo o teólogo:

A vontade de participação do povo, a organização e todo o trabalho de base deve visar a prática de transformação. Por isso se deriva a importância dos primeiros passos e da caminhada a partir dos problemas concretos que martirizam a vida do povo. Importa compreender que os pequenos problemas são manifestações dos grandes problemas da estrutura da sociedade. [...] Devemos enfrentar os problemas concretos. É a partir dele que o sistema é compreendido e também enfrentado com alternativas. [...] As reformas devem apontar para uma sociedade alternativa; elas podem conter a libertação em curso. A libertação acontece sempre que as relações interpessoais e sociais se reorganizam dentro de outro princípio: não de exploração, mas de colaboração.

Sem a valorização das pequenas lutas e dos passos humildes do povo não se chega nunca ao grande processo. É aprendendo a caminhar que se pode postular uma corrida. (BOFF, 1986, p. 127 - 128).

As palavras do teólogo e do arcebispo fazem referência à política global adotada pelo Brasil, após o golpe de 1964. Ambos os discursos criticaram o liberalismo econômico dos Estados Unidos que, para eles, era a causa da opressão do povo. E, como veremos adiante, esse pensamento foi manifestado por outros religiosos e de variadas formas, fator esse de registro pela DOPS/MA.

D. Hélder analisou o papel dos clérigos e leigos nesse processo de libertação e disse que suas ações são elogiadas quando são participativos nas construções de casas, no trato com pessoas doentes, mas consideradas subversivas quando denunciam as injustiças. Segundo Kenneth Serbin:

O Exército, cada vez mais, via a Igreja como um ninho de subversão, especialmente os setores radicais que se opunham ao governo. As suspeitas dos militares começaram já em 1960, quando o general Castello Branco advertiu dom Hélder de que a Igreja estava “abandonando demais a sua função religiosa e exagerando a intervenção em assuntos pertencentes ao Estado”. [...] descrevia os progressistas como “bactérias que, se ignoradas, muito mais mal poderiam nos fazer”.

Não esqueçam que os padres têm muito mais contato com o povo, particularmente o povo pobre [...] esses indivíduos traíram a Revolução, e estão traindo. Eles hoje estão trabalhando para a oposição, não tanto para essa que fala o Congresso e na imprensa, mas para os que queriam em 64 comunizar o Brasil (SERBIN, 2001, p. 107).

Em seu sermão o arcebispo criticou as acusações de subversão buscando justificar a ação da Igreja, dizendo:

Quando uma religiosa [...] cuida dos pobres [...] essa religiosa é uma santa! Mas aí de quem tiver a audácia de falar em Direitos Humanos! Imediatamente é um subversivo e um comunista! Meus irmãos, aqui está um apêlo que eu faço. Vamos nos unir, para dizer juntos. Que isso não tem nada de comunismo! Não vamos fazer propaganda do comunismo, chamando de comunismo todo grito pela justiça; tôda a defesa dos Direitos Humanos! Isso é fazer o jogo do comunismo! É fazer propaganda do comunismo! Vamos dizer que isso é Evangelho! Vamos dizer que isso é Política! [...] Se Política é preocupação com os bens comuns, preocuparmos

com o bem comum é uma obrigação nossa. É uma obrigação Evangélica (Degravação da homilia de dom Hélder Câmara, 25/07/1977. cx. 72; maço 2).

D. Hélder defendeu as novas doutrinas, a inserção da Igreja nos problemas sociais e, assim como D. Cândido Padin, lembrou que sem justiça não haveria salvação, que economia, sociedade e política também eram questões a serem trabalhadas pela Igreja, e que essa função social não deveria ser taxada de comunismo pelos militares.

Abordar política em sermões, como os bispos acima fizeram era visto com desconfiança pelos órgãos de informação e segurança, ainda que os clérigos destacassem que seus discursos não eram necessariamente políticos e não faziam referência nenhuma ao comunismo.

No entanto, não era assim em todos os casos. Em 01/08/1983, no município de Timon, sudeste do Maranhão, o padre Marques proferiu um exaltado sermão sobre a situação vivida pelos moradores da cidade, que segundo um agente de informação:

[o] sacerdote, através de seu sermão limitou-se apenas a criticar a atual política do governo federal, citando o Presidente Figueiredo e os Ministros da área econômica como principais responsáveis pelo caos econômico do país. Ainda fez severas críticas à classe pobre, especialmente os lavradores, taxando-os até de monstros em virtude de continuarem votando em candidatos do PDS, o qual permanece no poder desde 1964, e até agora não resolveu nenhum problema da nação, especialmente deles lavradores, que ainda continuam mais pobres e oprimidos. Nessa oportunidade comentou o que ocorreu na Rússia Comunista ainda no ano de 1917, quando o poder estava entregue à pobreza e elites sociais. Foi aí então, continuou o sacerdote, que as classes obreiras resolveram tomar conta do poder através de uma revolução, os quais ainda se encontram no poder (lavradores e operários). Discorreu da mesma forma com relação à Cuba, onde também o poder estava entregue a militares corruptos e ou elites sociais, entretanto, hoje, está nas mãos dos trabalhadores. Lamentou profundamente que nossos lavradores ainda não estivessem conscientizados politicamente, pois, se assim não ocorressem, o poder não mais continuaria nas mãos do PDS. (DOPS/MA. Informe nº 026/83. 01/08/1983. cx. 72, maço 3).

Os sermões eram espaços privilegiados de divulgação de ideias e de conscientização política. Em uma época de repressão aos subversivos e censura às publicações, os padres possuíam certa liberdade para abordar determinados temas. Liberdade essa garantida não só pela posição de destaque da Igreja na sociedade, mas pela forma como essas falas eram caracterizadas pelos próprios clérigos.

## **2- Publicações**

Além dos sermões e dos diálogos entre clérigos e fiéis, foi encontrado na documentação uma quantidade de publicações de esclarecimento político, econômico e social, que eram distribuídas em diversas oportunidades, como nas missas e em encontros das comunidades de base. A DOPS/MA realizava uma intensa vigilância sobre as atividades do

clero católico maranhense na busca por qualquer sinal de atividades subversivas e teve o cuidado em investigar as informações veiculadas nesses impressos.

Papéis pessoais foram apreendidos, jornais e publicações da Igreja foram analisados, procurou-se descobrir o conteúdo de encontros da Igreja, as pregações dos padres foram observadas, boletins de paróquias foram lidos e os movimentos do clero e dos bispos foram seguidos (SERBIN, 2001, p. 114).

Essas publicações de cunho político se tornaram mais significativas, a partir da década de 1980, quando houve a suspensão do AI-5 (1978) e o retorno das eleições diretas para alguns cargos eletivos. A abertura política, “abriu novas possibilidades legais para a organização de bases, e o movimento popular viria a desempenhar papel decisivo no processo político” (ALVES, 2005, p. 274). A Igreja vinha sendo a porta-voz dos movimentos e lutas sociais e até então, possuía posição de destaque na elaboração dos discursos contestatórios devido à convergência de diversos atores políticos. Os materiais publicados foram fundamentais para o processo de esclarecimento político, divulgação de críticas, denúncias e para a articulação do enfrentamento dos problemas sociais.

Em 1978, foi apreendido pela DOPS/MA o *Boletim da Comissão Pastoral da Terra* (CPT<sup>xx</sup>), no informe ao qual está anexado, o agente de informação diz que o boletim estava sendo distribuído em todo o estado através da Igreja e sendo bem recebidos no meio rural, onde eram lidos pelos dirigentes dos sindicatos. E caracterizou a produção como “um instrumento de motivação para uma tomada de posição” (DOPS/MA. Informe 0330/78. 06/11/1978. cx. 72, maço 8).

A historiadora Maria Helena Moreira Alves (2005) analisou que nesse período muitos movimentos de base ligados a Igreja passam a se aliar com o novo movimento sindical. No Maranhão isso também ocorreu nas eleições sindicais, onde a Igreja apoiou chapas de lideranças de comunidades de base, para defender os trabalhadores rurais. Em 1980, nas eleições para o sindicato de trabalhadores rurais de Santa Luzia, dois candidatos disputavam a presidência, sendo um deles apoiado pela FASE<sup>xi</sup>. Segundo o relatório, essa instituição:

[...] não poupou esforços para propagandear o nome de Nonatinho como é mais conhecido. Os integrantes da FASE foram em todos os lugares da sede conclamar os lavradores a dar seu voto em favor de Nonatinho (DOPS/MA. Relatório. 05/11/1980. cx. 12, maço 142C).

A experiência das publicações foi largamente utilizada. Seria necessário um esforço à parte para conseguir mapear todas as publicações entre cartilhas, boletins, apostilas, folhetos e panfletos, sem que isso represente a completude do que foi produzido. Com a instalação da CPT no estado, o volume de impressos de conscientização e de denúncia

aumentou. A atividade pastoral articulada com as CEB's favoreceu a produção desse material, sendo que boa parte encontra-se arquivado na sede comissão.

Nas séries documentais estudadas, encontrou-se um grande número de impressos apreendidos pela polícia e agentes de informação, no entanto, bem menor do que está arquivado na CPT. Isso significa que a polícia não conseguia controlar a reprodução desse tipo de material, apesar dos esforços em manter sob vigilância a circulação de informações sobre conscientização política, como o caso da apreensão do mimeógrafo da paróquia de Santa Luzia, em 1975. Segundo Florismar Almeida, delegado da DOPS/MA, na época:

A atividade dos padres é feita através de sermões, panfletos, denúncias e reuniões de comunidades, onde atacam as autoridades, a COMARCO e os proprietários de terra. Recentemente, porém, foi tomado dos mesmos um mimeógrafo, que servia para a confecção de panfletos por autoridade policial de Buriticupu. Concitam sempre os trabalhadores a não fazerem acôrdo com os proprietários de terras, alegando que a terra é dos trabalhadores e que os primeiros são ladrões e outros qualificativos. Os ataques são mais severos quando participam das missas pessoas da COMARCO, autoridades e pessoas que tem qualquer ligação com a atividade rural (DOPS/MA. Relatório. 12/08/1975 ex. 11, maço 142).

De todo o material impresso apreendido e arquivado na documentação estudada, será dado destaque a alguns, como forma de exemplificar aquilo que estava preocupando os governos militares. Como dito, não seria possível no espaço do artigo analisar todos os impressos apreendidos, sob o risco de tornar a análise repetitiva e deixar de lado outros elementos da ação de clérigos.

Destaco a produção do jornal *Tempos Novos* (1983), editado inicialmente pelo padre Marcos Passerini na prelazia de Cândido Mendes (hoje diocese de Zé Doca) e, posteriormente, transferido para São Luís, sob a responsabilidade do jornalista Francisco Gonçalves. O periódico abordava, principalmente, os problemas agrários e seu conteúdo dividia-se, basicamente, entre textos de denúncias e de esclarecimentos políticos, a partir de uma linguagem religiosa. Questionários eram enviados aos trabalhadores como forma de direcionar as denúncias, abordar melhor os problemas vivenciados no campo e ampliar sua abrangência.

Apesar de suas características, há apenas o registro da apreensão do primeiro número do jornal, nas duas séries pesquisadas<sup>xii</sup>. A condição de sua apreensão também merece destaque, pois foi durante a visita de Luís Carlos Prestes ao Maranhão, em junho de 1983. Na ocasião, o jornal poderia estar sendo vendido ou distribuído aproveitando o ciclo de palestras ministrado pelo líder comunista, no auditório do antigo Colégio Marista, no centro da cidade de São Luís.

É possível que em 1983, devido ao processo de abertura política, o jornal não estivesse no centro das preocupações policiais, muito embora sua atuação, no interior do estado, funcionasse da mesma forma dos sermões dos padres, das reuniões das CEB's, das cartilhas de esclarecimentos, dentre outros que estiveram na mira de investigação da DOPS/MA, no mesmo período.

Durante sua trajetória eclesial no Maranhão, padre Marcos Passerini esteve envolvido em diversas mobilizações em torno dos problemas sociais, como movimentos de ocupações urbanas, na articulação com o movimento estudantil, através da Pastoral da Juventude e na defesa dos menores abandonado na cidade de São Luís. Nesse período elaborou o boletim *25 de Março*, cujo subtítulo era: DEDICADO AOS “MAIORES” DA CIDADE DE SÃO LUÍS.

Nesta publicação, o padre dedicou especial atenção à problemática das crianças e adolescentes moradores de rua, abordando o tema do ponto de vista da falta ou má execução de políticas públicas. Para representar o enfoque do menor de idade, o símbolo do informativo era uma boneca de brinquedo, com o rosto sombreado e com aparência desgastada.

Segundo o próprio padre, ao ser detido para prestar esclarecimentos sobre o seu suposto envolvimento na Passeata pela Paz, em 1978, foi indagado pelo delegado da Polícia Federal sobre a utilização do rosto de Lênin como símbolo da publicação, e respondeu que se tratava apenas do rosto de uma boneca e não de qualquer mensagem comunista subliminar.

Nas séries pesquisadas encontram-se quatro números de boletins que foram apreendidos. Dois deles como anexos do dossiê do caso da expulsão do padre Marcos Passerini, da Arquidiocese de São Luís<sup>xiii</sup>. Os outros dois exemplares, dos anos de 1979 e 1982, são anexos de informes sobre *movimento de agitação*, ou seja, movimento de grupos politicamente engajados ligados ou articulados a Igreja. O boletim serviu de veículo para a divulgação do discurso desses grupos, razão de sua apreensão.

Outro impresso apreendido pela DOPS em larga escala foi o boletim pastoral da paróquia de Santa Luzia, interior do estado. Em novembro de 1975, por ordem do superintendente da Polícia Federal no Maranhão, foi enviado à este município o agente de polícia Valacir Marques Gonçalves para “observar as atividades do clero daquela localidade e suas possíveis ligações a movimentos subversivos” (DOPS/MA. Informação s/n. 10/11/1975. Cx. 73, maço 12). Essa diligência teve origem na prisão de dois lavradores no povoado de Brejo dos Caboclos, área da COMARCO<sup>xiv</sup> por estarem distribuindo o boletim paroquial *A Caminho da Libertação*, que segundo a DOPS/MA era considerado subversivo.

A prisão dos lavradores e apreensão do boletim teria alertado a superintendência para influência dos padres da diocese de Viana na articulação e “incitação” dos lavradores contra a COMARCO. Nessa diligência o agente da Polícia Federal pôde comprovar a suspeita das atividades e apontou a inoperância das autoridades locais<sup>xv</sup> diante do movimento subversivo da região.

Naquela paróquia é editada uma publicação denominada “A CAMINHO DA LIBERTAÇÃO”, referida publicação é afixada em quadro mural à entrada da igreja e distribuída a varias pessoas da cidade entre as quais o prefeito José Nazário e o Delegado de Polícia Local, 2º Sgt. Ferreira, da PM/MA.

Senhor Superintendente, quero alertar a V. Sa., da ignorância e falta de preparo das autoridades locais para combater tal estado de coisas. O Prefeito e o Delegado embora bem intencionados, não possuem a mínima condição, principalmente intelectual, para compreender o sentido do movimento deflagrado por aqueles religiosos, sendo que estes, chegam ao ponto de entregar em mãos daquelas autoridades as suas publicações, cuja edição de nº 10 foi a mim entregue pelo próprio delegado que informou, tê-la há dias em seu poder, sem contudo, ao menos dar-se ao trabalho de ler o teor dos assuntos ali discutidos (DOPS/MA. Informação. 10/11/1975. cx. 73. maço 12).

Na diligência o agente da Polícia Federal apreendeu outros números do boletim, que abordavam a situação agrária, orientações de conscientização para os animadores das comunidades eclesiais de base, reflexões bíblicas e avisos em geral da diocese. O boletim era elaborado pela equipe pastoral sob a responsabilidade do pároco, padre Mario Aldiglieri, que foi chamado a prestar esclarecimentos na DOPS/MA sobre a capa da edição de nº 10, que representava a ideia de libertação através da imagem de um pé cujas correntes foram quebradas.

No interrogatório sobre o caso estiveram presentes o então bispo da diocese de Viana, Dom Adalberto Abílio de Paula e Silva e o padre Mario Aldiglieri e que teria ocorrido o seguinte diálogo:

Padre – A questão é que o Sargento Monteiro gosta de criar caso com a paróquia, foi ele, no passado, que roubou o mimeografo que nunca foi devolvido.

Bispo – Roubar não é a palavra exata.

Padre – É. Entrar pela janela, sem apresentar ordem de prisão do objeto, é roubar.

Dops – O Sr. Sabe que no Brasil tem um Govêrno autoritário; como estrangeiro ou o aceita, ou podemos expulsá-lo.

Padre – Sei disso.

Bispo – Não se preocupem, d’agora em diante avisaremos os senhores de tudo o que se passar na área de Santa Luzia. O boletim sairá sem a palavra ‘libertação’ e só com problemas de Igreja<sup>xvi</sup>.

O bispo, ao ter afirmado que passaria a informar sobre os acontecimentos na diocese, estava respondendo ao documento do agente de informação, em que constava a reclamação da inoperância das autoridades locais em perceber o movimento de caráter subversivo. O padre Mario Aldiglieri acabou sendo expulso da diocese um ano depois desse fato.

A palavra libertação era recorrente nas reflexões religiosas e foram largamente usadas nas publicações, geralmente, acompanhadas das imagens de correntes quebradas. No folheto distribuído pela CPT/MA e apreendido pela DOPS/MA, em junho de 1980, isso se repete. O folheto consistia em uma denúncia de tortura contra um lavrador do município de São Mateus. Segundo as informações a prisão deveu-se ao fato do lavrador Raimundo Rosa ter espantado um boi, de propriedade de Vitorino de Assunção, que estava destruindo sua roça. No final do folheto conclamava os lavradores a se unir, assim como Karl Marx fez no Manifesto do Partido Comunista (DOPS/MA. cx. 72. maço 1).

Há uma diferença nos impressos no que tange o público para o qual eram destinados. As cartilhas e boletins destinados aos agentes pastorais e animadores de comunidades possuíam um conteúdo textual mais formal, enquanto aquelas destinadas à população em geral fazem uso de um número maior de imagens e de uma linguagem mais popular, com versos, rimas e piadas, destinadas à leitura coletiva e que facilitava a difusão das ideias e mensagens.

Esse foi o caso dos boletins da paróquia de Chapadinha, da diocese de Brejo, no leste maranhense. Imagens e textos curtos eram utilizados para transmitir de forma objetiva as mensagens e abordavam certas questões de forma mais simples e até em tom de humor. As denúncias e reflexões teológicas dividiam espaços com tiras humorísticas de conscientização.

Dentre as frases de humor destaco: “Pato mela o bico no tempo do melão; deputado adula o pobre no tempo de eleição” e “Quem rouba pouco é ladrão, quem rouba muito é barão”, retiradas da edição de nº 10 do boletim.

O padre Manoel Neves, pároco responsável pelo boletim, realizou intenso trabalho no intuito de criar e fortalecer as comunidades eclesiais de base, que serviram como espaços de apoio aos trabalhadores rurais na defesa contra os grandes proprietários de terra. Devido a sua atividade, foi considerado pela polícia militar como um dos padres de maior atividade política, de acordo com o informe nº 013 de 1982.

1. Continua em pleno desenvolvimento as atividades desencadeadas ostensivamente pelo CLERO PROGRESSITA, em diversos municípios desse estado.
2. Nos últimos meses, após levantamentos feitos por esta AGÊNCIA DE INFORMAÇÕES (AI), foram LISTADOS, como municípios mais QUENTES p/ uso desse proselitismo, TURIACU e CHAPADINHA, respectivamente.
3. Em ambos os municípios, as COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBS), aumentaram assustadoramente, inclusive atingido p/ extensão, o meio rural d/ áreas em tela.  
[...]
5. Em CHAPADINHA/MA, os clérigos MANOEL NEVES e CASIMIRO, ambos portugueses, com vivência e curso em MOÇAMBIQUE, atuam em 70 (setenta) CEBs, aproximadamente, inclusive selecionando os orientadores e animadores dos referidos grupos (DOPS/MA. Informe nº 013/82. 22/03/1982 cx 25; maço 327).

Segundo Ivo Lesbaupin, “outra iniciativa a assinalar é a elaboração de cartilhas de formação política em linguagem popular. Elas são feitas geralmente por ocasião das eleições, como uma forma de preparação” (LESBAUPIN *In* ASSIS; RODRIGUES, 2013, p. 31). Como exemplo desse tipo de publicação voltada para os agentes pastorais estavam a *Cartilha Política à Luz do Evangelho*, produzida em ocasião das eleições de 1982, pela prelaia de Balsas e os artigos de conscientização política, escritos pelo arcebispo de São Luís, Dom João José da Motta e Albuquerque.

A cartilha política de Balsas, elaborada sob a responsabilidade de Dom Rino Carlesi, foi apreendida em outubro de 1981. Em 52 páginas, seu objetivo principal era esclarecer a comunidade católica sobre “a situação política atual e suas consequências na vida do povo”, defendendo a ideia de que a Igreja é também uma instituição responsável pela formação de uma consciência crítica da sociedade. O Bispo explicou que:

Este caderno sobre política quer ser um passo, mais firme na longa caminhada de todos aqueles que sabem que a conscientização pode agir como elemento libertador do povo fraco e pobre do Maranhão e do Brasil. É papel da Igreja, formar as consciências dos homens. A consciência de que fé, religião e vida concreta estão muito ligadas (DOPS/MA. *Cartilha Política à Luz do Evangelho*. 01/10/1981. cx 72, maço 3).

Ao longo dos seus doze capítulos, o conteúdo é estruturado em tópicos que abordam questões concernentes à ação pastoral católica, explicando o que era voto consciente, partido político, reforma política, bom político, reforçando a ideia do “poder do povo organizado” através das comunidades eclesiais de base e estabelecendo diretrizes para os agentes pastorais de acordo com a Teologia da Libertação.

Devemos dizer que o discurso religioso é adequado para motivar a exigência de uma interpretação da realidade que mostre a verdade desta realidade, em vez de favorecer sua ocultação. O sentido de justiça, de disponibilidade, de compromisso e de disposição de luta gerados pela reflexão religiosa requerem uma análise que tenha em vista a eficácia libertadora. Por isso, nos grupos e cursinho, fazem-se análises da realidade das classes no país e na região, das ideologias que estão por detrás dos diversos partidos, dentre estes dos que são aliados na luta, etc. A fé incorpora uma visão de clareza política, porque fé aqui significa fundamentalmente uma prática ou “uma concepção ativa do mundo” (Gramsci). Aqui, a religião se apresenta não como obstáculo à transformação do mundo (visão marxista), mas como fator de mobilização popular em vista da libertação (BOFF, 1986, p. 99).

A cartilha foi reproduzida a nível nacional através do Serviço de Documentação da CNBB (SEDOC) em dezembro de 1981, tendo sido reimpressa em 1982. A reprodução do material mostra a importância de suas análises e mensagens para o contexto vivido pela sociedade brasileira na época.

Também em 1982, nas Igrejas Católicas da capital maranhense, foram distribuídos dez artigos<sup>xvii</sup> entre os meses de setembro e novembro, de autoria do arcebispo D. Motta e

intitulados: Para uma conscientização política; Porque trata assim meu povo (não recolhido pela DOSP/MA); O erro da partilha fez o povo, um povo errante; Mas a luta vem e passa não desanime, não; Dar o anel para não perder o dedo; Vi a aflição do meu povo; Ídolos de sua invenção; meras obras de artistas; De cabo a rabo; Novo céu...nova terra;

D. Motta inicia a série de artigos afirmando que é papel da Igreja “questionar aspectos éticos de um sistema político, denunciar o pecado social, e alertar contra o perigo de um sistema pecaminoso se constituir a razão de ser do Estado”, quando na verdade a sua razão de ser deveria ser a promoção do bem comum, algo que não estava ocorrendo quando os homens estavam divididos entre “o pequeno grupo dos que tem tudo; e a grande massa dos que perdem cada dia o pouco que tem” e que os seus artigos tem como objetivo conscientizar as pessoas dessa situação no sentido de melhor orientar o voto.

Esse é um exemplo da ideia central de todos os artigos, que possuíam uma crítica ao regime militar. *Pacto entre a burguesia internacional e nacional, entrega das riquezas do país, aumento da dívida externa, déficit de moradia e desemprego* foram alguns dos tópicos abordados pelo bispo para mostrar a situação do país que poderia ser mudada mediante o voto, a constante conscientização política e a luta do povo em busca do bem comum.

O resultado das urnas não se consolidará sem a luta contra a injustiça social, que não é apenas uma causa da violência, mas é principalmente a forma mais perversa de violência, comprometendo a convivência democrática, pelo escândalo das mordomias e da corrupção da minoria à custa dos sofrimentos e humilhação da grande maioria (*Ídolos de sua invenção; meras obras de artistas*. DOPS/MA. Encaminhamento. 03/11/1982. cx 72, maço 2).

Em seu último artigo, D. Motta fala especificamente sobre a necessidade do voto consciente e do risco da venda do voto. Orientou ainda os eleitores a votar em um partido com as seguintes características:

- que dê chances ao povo de participar nas decisões do país, do Estado e do município.
- que defenda os direitos de todos, especialmente dos mais pobres.
- que vise a mudança social e não a própria manutenção no poder ou a pura conquista de poder
- que lute pela independência econômica do país (*Novo céu... nova terra*; DOPS/MA. Encaminhamento 17/11/1981, cx 72, maço 2).

Dom Motta afirmou em entrevista ao jornal O Imparcial, publicada no dia 12/10/1982 que tinha a intenção de escrever um décimo primeiro artigo, intitulado *Como votar*. No entanto, havia desistido devido a repercussão do material entre os partidos políticos que estavam se utilizando deles em suas campanhas políticas. Segundo o bispo, a Igreja não tinha partido nem candidato e sua intenção era conscientizar os fiéis que compareciam às missas dominicais.

A preocupação do Arcebispo com a utilização de seus artigos para fins políticos partidários demonstrou a significativa difusão dessas publicações. Tanto os artigos quanto as cartilhas, folhetos e boletins circulavam em um público maior, que não se restringiram apenas aos católicos assíduos às missas, grupos pastorais e comunidades de base.

### **3- Rádio Educadora**

Outro veículo de comunicação usado pelo clero e investigado pela DOPS/MA foi a Rádio Educadora do Maranhão (REMAR). Fundada por Dom Motta, mas idealizada por Dom José Medeiros Delgado, teve sua primeira transmissão em doze de junho de 1966. Tinha como principal objetivo “levar a cultura popular e a educação, de forma mais rápida as mais distantes localidades do Maranhão, principalmente à zona rural<sup>xviii</sup>”, possuindo a mesma definição do jornal Tempos Novos: um *porta-voz dos sem voz*.

A partir das pesquisas realizadas, a rádio esteve sendo investigada pelos militares desde 1968, quando foi punida com a suspensão de sua transmissão por oito dias. A determinação partiu da Polícia Federal do Estado, que considerou subversiva a leitura de um texto, que em seu conteúdo questionava a independência do Brasil, levando em consideração os problemas de desnutrição, índices de mortalidade, exploração dos trabalhadores. Dizia ainda:

A verdade (...) é bem clara, mas também é dura: o Brasil continua sendo explorado por outros países e por alguns brasileiros traidores e inimigos de sua pátria... Cabe a nós brasileiros (...), porque amamos a nossa terra, torná-la independente (PRANDINI [*et. al.*], 1986, p. 36-37).

A Educadora conseguia fazer um papel de comunicação entre capital e interior e vice-versa, por meio de programação construída com informações vindas de clérigos de diversos municípios. O tom de denúncia era característico de alguns programas ao longo da história da emissora católica, principalmente os que foram comandados por pessoas já fichadas pela DOPS/MA, como Pe. Eider Furtado, Pe. Marco Passerini e o estudante Juaréz Medeiros Filho, à época líder do diretório central dos estudantes da UFMA.

Se a Igreja, e, conseqüentemente, a rádio mantinham em seus quadros de funcionários pessoas consideradas subversivas, era preciso então manter vigilância sobre a divulgação de suas ideias, razão pela qual foram elaborados diversos pedidos de busca sobre a Rádio Educadora.

b) Na imprensa falada a igreja católica conta em nosso estado com a sua própria Emissora de Rádio (Rádio Educadora do Maranhão) sendo desta maneira muito fácil qualquer comunicação para os mesmos além de contarem com um programa especial na citada emissora no horário das oito da manhã à nove, programa este comandando pelo ex presidente do DCE/UFMA, Juarez Medeiros Filho e tendo

como diretriz criticar o governo e o regime (DOPS/MA. Informação nº 0119/80. 01/08/1980. cx. 13, maço 160).

Para os órgãos de informação, a rádio era ao mesmo tempo um ponto de convergência e de difusão da subversão. Padre Eider em seu programa, que foi ao ar nos anos de 1969 e 1970, já destacava a contribuição da rádio no “amadurecimento do povo” através das informações divulgadas<sup>xix</sup>. Em 1982, um panfleto de programação informava o poder de alcance em setenta e um municípios maranhenses.

Em um momento de escassos meios de comunicação e censura, a Rádio Educadora conseguiu ser um dos poucos canais de comunicação com o interior do estado, transmitindo em sua programação informações com teor crítico as políticas públicas e discursos de conscientização política.

#### **4- Manifestações**

A “escalada da repressão” (FICO, 2007, p. 169) e a violência policial institucionalizada pelos AIs são temas bastante trabalhados por pesquisadores do período ditatorial iniciado em 1964. Sobre isso Carlos Fico afirma:

Um enunciado histórico sobre o regime militar bastante aceito destaca o endurecimento da repressão após o AI-5 (dezembro de 1968). Ele é verdadeiro, [...], mas de algum modo encobre o fato de que, desde o início, o regime foi extremamente rigoroso com seus “inimigos”, praticando muitas prisões arbitrárias e tortura no Nordeste, por exemplo, logo após o golpe (FICO *In* FERREIRA; DELGADO, 2007, p. 181-182).

Segundo Benedito Buzar (1998), apesar de não ter havido manifestações de oposição ao Golpe em São Luís, as tropas do 24º Batalhão de Caçadores foram deslocadas para as áreas mais movimentadas da cidade, tendo sido proibidas, via decreto do Secretário de Segurança, passeatas, reuniões ou comícios (BUZAR, 1998, p. 442-443). Estas medidas teriam sido suficientes para evitar que os protestos de qualquer natureza se desenvolvessem nos momentos subsequentes aos 31 de março de 1964.

Tendo em vista a suspensão dos diretos políticos e a perseguição aos suspeitos de subversão, muitos grupos acabaram se organizando contra a intervenção militar e tornaram-se alvo de perseguição e repressão, práticas que se agravaram conforme os militares mantiveram-se no poder. Em 1965, o artigo 16 do Ato Institucional nº 2 proibia manifestações de natureza política, indicando que o cerceamento de liberdades seria mantido enquanto os militares estivessem no comando do país. No ano de 1968, essa proibição foi reforçada pelo AI-5.

Com o início do processo de distensão proposto pelo presidente Ernesto Geisel, em 1974, os movimentos sociais ganharam força devido a articulação com os:

[...] setores de elite das oposições (a CNBB, a OAB, a ABI e os grupos organizados no MDB). Eles ampliaram o espaço político, enfrentando o Estado a partir de suas

posições de autoridade na sociedade civil e questionando a legitimidade que o Estado de Segurança Nacional tentava assumir (ALVES, 2005, p. 273-274).

Em São Luís registram-se algumas manifestações no final da década de 1970, período de início da abertura política com a revogação do AI-5 por Geisel. Alguns sacerdotes se envolveram nesses atos públicos de cunho político como Dom João José da Motta, padre Marcos Passerini e padre Mario Paloni. As passeatas permitem compreender como as mudanças propostas pelo regime afetaram o cenário político social local nesse período, que corresponde a um momento de definição ideológica dos movimentos sociais (BORGES, 2008).

As mobilizações [...] podem ser o embrião de futuros movimentos sociais, que, porém, não se esgotam simplesmente com o atendimento de suas reivindicações. Podem aliviar as tensões, amenizando os problemas, mas permanece a questão do fundo. (SANTOS, 2008, p. 121).

Entre os movimentos mais expressivos registrados pela DOPS/MA e que contaram com a participação de religiosos, está a *Caminhada pela Paz* (1978)<sup>xx</sup>.

A *Caminhada pela Paz*, ocorrida em 27 de agosto de 1978, é um episódio bem representativo da disposição dos estudantes de não limitarem sua ação ao espaço universitário das articulações entre a fé católica e a atividade política no âmbito do ME. É reveladora também do grande potencial de arbítrio, e mesmo de violência, que os órgãos de segurança pública reservavam aos chamados “provocadores” (BORGES, 2008, p. 52).

Segundo seus organizadores, o ato tinha como objetivo prestar uma homenagem ao falecido papa Paulo VI, conhecido como Peregrino da Paz. A passeata saiu do Campus da UFMA com destino à Igreja da Sé, onde seria ministrada, pelo padre Sydney Castelo Branco, uma palestra intitulada *Vida e obra do Papa Paulo VI*. No entanto, os órgãos de segurança bloquearam a passagem na altura da Barragem do Bacanga, única via de acesso ao centro da cidade.

O evento foi largamente noticiado pela imprensa, devido ao aparato policial utilizado, como fuzis, metralhadoras, bombas de gás lacrimogêneo, além do grande contingente policial, número muito superior à quantidade de manifestantes, que segundo Marcos Passerini não chegava a trinta.

O padre Marcos Passerini, em entrevista<sup>xxi</sup>, informou ainda que havia, na passeata uma intenção de testar o aparato repressivo, pois não tinham ideia de como a polícia agiria nesse tipo de situação, e que ficou espantado com a quantidade de armamento presente. Depois de dispersada, o padre foi detido juntamente com outros três religiosos<sup>xxii</sup> sendo levados à sede da Polícia Federal para prestar esclarecimentos, quando foi interrogado sobre

ter pedido aos demais estudantes que fugissem do local, pois eles (padres) assumiriam a responsabilidade.

Outro detalhe importante relatado pelo clérigo foi o fato de ter sido a ele apresentado um dossiê contendo inúmeras fotografias sobre as suas ações na paróquia de São João Batista, no centro de São Luís. O dossiê teria confirmado suas suspeitas de que um dos integrantes das reuniões, que ocorriam na igreja, era informante da polícia federal e que após essa data essa pessoa não retomou suas atividades na paróquia.

Interessante ângulo de observação da politicamente despreziosa *Caminhada pela Paz* é indicado na própria denominação do evento, que enaltece não o papa, mas a paz, em um momento em que, no Brasil, o Estado patrocinava guerra aos seus opositores. Isso reforça a ideia de uma articulação entre fé e política, no movimento estudantil da época. Articulação em um duplo sentido: católicos abraçavam questões e movimentos políticos ao mesmo tempo em que influenciavam estes últimos com ideias religiosas. Assim, se em situação *ideal*, poderíamos supor que o teor das lutas políticas fosse elaborado por organizações ou organizações ou grupos de esquerda como os partidos, as motivações religiosas inscritas na *Caminhada pela Paz* indicam que a situação que se tem aqui apresenta nuances diferentes. (BORGES, 2008, p. 53).

Os padres, considerados subversivos pelo regime, se utilizavam dessa tentativa de ressignificar seus discursos para afastar-se de uma definição de política, que sugeria um exercício de poder em rivalidade ao Estado. O que buscavam ratificar em seus discursos é que não faziam política, ao passo que tinham como missão buscar o bem comum (a paz, o respeito aos direitos humanos, a dignidade, a liberdade, etc.), muito embora fosse essa também a definição que muitos utilizavam para política.

## Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)** – Bauru/SP: Edusc, 2005.
- ASIS, João Marcus Figueiredo; Rodrigues, Denise dos Santos (orgs.). **Cidadania, movimentos sociais e religião: abordagens contemporâneas**. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOFF, Leonardo. **E a igreja se fez povo: eclesiogênese – a igreja que nasce da fé do povo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BORGES, Arleth Santos. **PT Maranhão 1980-1992: origens, organizações e governos**. São Luís: EDUFMA, 2008.
- BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**.
- COSTA, Wagner Cabral da. **O rosto rural da Igreja: a atuação da CPT no Maranhão (1976-1981)**. 59fls. Monografia de Licenciatura em História – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1994.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: e. Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NERES, Wheriston Silva. **Igreja e Missão: religiosos e ação política no Brasil**. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, para a obtenção do grau de Doutor, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor A.; DALE, Frei Romeu. **As relações Igreja-Estado no Brasil vol. 2**. São Paulo: Ed. Loyola, 1986.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos Sociais urbanos**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos Sociais urbanos**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

---

<sup>i</sup> A Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul é “destinada a galardoar as pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras que se tenham tornado dignos do reconhecimento da Nação Brasileira” (Decreto nº 14.265, de 14 de dezembro de 1943) e, portanto, um dos maiores símbolos de reconhecimento nacional à personalidades estrangeiras.

<sup>ii</sup> As reformas de base propostas por João Goulart reuniam uma série de iniciativas, como reforma bancária, fiscal, urbana, administrativa, universitária e agrária. Essas propostas de maior intervenção na economia e na sociedade soavam aos ouvidos dos grupos conservadores, como propostas de caráter comunista.

<sup>iii</sup> O comício da Central do Brasil foi realizado no dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, teve como objetivo pressionar o Congresso para a aprovação das reformas de base, propostas por Jango. Segundo Daniel Aarão, “cerca de 300 mil pessoas aplaudiram discursos com ânimo ofensivo. Esboçava-se uma reforma revolucionária.” (REIS, 2014, p. 82).

<sup>iv</sup> O papa ao qual a citação se refere pode ser João XXIII (idealizador do Concílio Vaticano II) ou Leão XIII (idealizador da *Rerum Novarum*), e não João XIII (pontífice entre os anos de 965 – 972 d.C).

<sup>v</sup> Extraído de: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>. Consultado em 29 de outubro de 2014.

<sup>vi</sup> “Atendendo à geral e ansiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhares de

---

brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação” (BRUNEAU, 1974, p. 214 *apud* GOMES, 2014, p. 43).

- vii Capa do livro Catecismo Anticomunista de Dom Geraldo de Proença Sigaud, S.V. D (1960).
- viii Alguns nomes são apenas citados em listas ou aparecem como suspeitos. Alguns não possuem fichas ou foram alvos de maiores investigações por parte da polícia. Um dos padres entrevistados identificou alguns nomes de padres, que não participavam ativamente de nenhum tipo de movimento considerado subversivo pelos militares, mas que eram arrolados nas investigações por conta de estarem presentes em alguma missa ou evento vigiado.
- ix A partir de 1970, o governo criou órgãos de informação dentro das universidades, as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesis ou ASIs), que fariam parte da vida acadêmica nos anos seguintes. Na lógica dos responsáveis pela área de segurança e repressão, o expurgo de professores e estudantes inconvenientes deveria ser seguido de constante vigilância para impedir o “retorno” das ameaças. Daí a ideia de criar assessorias de informação dentro das instituições de ensino superior: elas seriam um “braço” do Sistema Nacional de Informação (Sisni); funcionariam como uma espécie de correia de transmissão, fazendo chegar determinações e pressões políticas provenientes dos escalões superiores; e, ao mesmo tempo, vigiariam a comunidade universitária e os próprios dirigentes, nem sempre fieis aos desígnios do regime militar (MOTTA, 2014, p. 193).
- x Fundada em 1975, a Comissão Pastoral da Terra, teve sua regional maranhense instalada em 1976. “Surgiu como um órgão ligado à CNBB capaz de interligar e dinamizar a ação da Igreja no campo” (COSTA, 1994, p. 14). Instituição autônoma, tendo diretoria formada a partir de assembleias particulares.
- xi FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional.
- xii É possível que nas demais séries possam ser encontrados registros da apreensão de outros números do periódico. No entanto, é necessário ratificar que o jornal era ligado à órgãos da Igreja Católica, como a CPT, o CIMI e a FASE, que também foram investigados pela DOPS/MA.
- xiii A expulsão do padre Marcos Passerini deveu-se a diversos fatores relacionados com a sua atividade pastoral de enfrentamento político a foram detalhados por NERIS (2014, p. 321-323).
- xiv Companhia Maranhense de Colonização foi criada em 1971 para administrar o processo de venda das terras devolutas do estado.
- xv Um padre, em entrevista, relatou que uma irmã norte americana destinada trabalhar no interior do Maranhão solicitou de sua congregação que enviasse uma edição do *Grundrisse* de Karl Marx. Para facilitar a sua entrada no país, pediu que a capa do livro fosse trocada pela capa da bíblia. Ao receber o livro no interior, foi questionada pelo delegado do que se tratava. A irmã disse que ele poderia verificar que era a bíblia, só que em inglês. A autoridade policial averiguou o livro de Marx e, não tendo entendido o que estava escrito, entregou de volta à religiosa confirmando que se tratava apenas da bíblia.
- xvi Extraído de *O Evangelho Segundo Viana*. Escrito no fim da década de 1970 relatando as transformações vividas pela diocese de Viana após a morte de Dom Hélio Campos (1975) e a posse de Dom Adalberto Silva.
- xvii O segundo artigo não foi apreendido, mas o título foi identificado através dos recortes de jornal arquivado pela DOPS/MA em um dos maços. O sétimo artigo também não foi apreendido, e não há na delegacia nenhum registro sobre o seu título.
- xviii Histórico da rádio, extraído de <http://educadora560.com.br/historia/>, consultado em 29/11/2014.
- xix As falas de Padre Eider foram publicadas no livro “Comentários Semanais” (2013), de sua autoria.

<sup>xx</sup> Foram registrados também mobilizações como a Caminhada de fiéis da Igreja da Cohama (1983) organizada pelo padre Mario Paloni e o movimento contra a carestia e em defesa dos Direitos Humanos, porém sem o destaque dado pela DOPS/MA para a ação de padres nessas movimentações, mesmo sabendo que a luta pelos direitos humanos foi encabeçada pela Arquidiocese de São Luís.

<sup>xxi</sup> Entrevista concedida no dia 7 de agosto de 2014.

<sup>xxii</sup> Além do Pe. Marco Passerini, foram presos também os padres Regian Pacini, Fernando Levecque e o seminarista Luís Alberto (BORGES, 2008, p.53).